

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT

26/02/2013

**COMISSÃO DA VERDADE
DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

26/02/2013 (parte 2)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está aberta a sessão.

Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. Audiência sobre o caso do desaparecido político José Maria Ferreira de Araújo. 26 de fevereiro, Auditório “Teotônio Vilela”, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 14:00 horas.

Está instalada a 13ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, no dia 26 de fevereiro de 2013, a Assembleia Legislativa, no Auditório “Teotônio Vilela”, para oitiva de depoimento sobre o caso José Maria Ferreira Araújo, desaparecido em setembro de 1970.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo fará realizar todas as audiências abertas ao público. Isso é uma contraposição clara à decisão da Comissão Nacional e fazer as suas sessões fechadas. A Comissão da Verdade não pertence a um pequeno grupo de especialistas, mas pertence ao povo brasileiro.

A mesa será composta, depois a leitura do memorial pela Násaindi Barret Araújo e pelo João Maria Ferreira Araújo, irmão de José Maria, e a Násaindi, filha. Estão presentes o irmão João Maria Ferreira Araújo, os sobrinhos Cecília Maria Lobo de Araújo, Leandro Lobo de Araújo, Maurílio Barreto de Araújo, e a cunhada Núbia Maria Barreto de Araújo.

Agradecemos a presença de toda a família, de todos os amigos. E o Ricardo Koba vai fazer a leitura do memorial de José Maria Ferreira Araújo.

O SR. RICARDO Koba – José Maria Ferreira Araújo, desaparecido em 23 de setembro de 1970. Data de nascimento: 06 de junho – tem uma imprecisão aqui no documento, mas é 06 de junho de 1941, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organização política: Vanguarda Popular Revolucionária – VPR.

Dados biográficos. José Maria Ferreira Araújo, também conhecido por “Araribóia” ou “Aribóia”, era filho de João Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira Araújo. Com a família morando no interior da Paraíba, José Maria ingressou na Marinha, em 1959, no Rio de Janeiro. Logo após o golpe de 1964, foi preso e acusado

de ser um dos organizadores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, permaneceu incomunicável na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, por quatro meses. Logo depois, foi expulso da Marinha, em dezembro de 1964. Mais tarde, ainda seria condenado pela primeira auditoria da Marinha a cinco anos e um mês de prisão.

Foi casado com Soledad Barret Viedma, militante de origem paraguaia, com quem teve uma filha. Ele a conheceu em Cuba, onde realizou treinamento de guerrilha quando ainda fazia parte do MNR.

José Maria era um dos contatos de José Anselmo dos Santos, cabo Anselmo, com quem atuara na mobilização dos marinheiros, no início dos anos 1960. Cabo Anselmo seria mais tarde desmascarado como agente infiltrado da ditadura militar, tendo sido responsável pela prisão e morte de um número incalculável de pessoas que resistiam ao regime de exceção. Dentre elas estão Edson Neves Quaresma, Yoshitani Fujimore, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, José Raimundo da Costa, Eduardo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Retshu, Edgar Aquino Duarte e Soledad Barret Viedma, esta morta, em 1973, quando estava grávida de seu delator, que já trabalhava ativamente para a máquina de repressão montada pela ditadura militar.

Dados sobre sua prisão e desaparecimento. José Maria foi preso, em 23 de setembro de 1970, pelo DOI-CODI de São Paulo, e levado às câmeras de tortura; morreu em consequência das mesmas. Conhecido na militância clandestina da VPR como “Aribóia” ou “Araribóia”, foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa, sob a identidade falsa de Edson Cabral Sardinha. Foi com esse nome que sua morte foi denunciada na carta escrita pelos presos políticos do Presídio do Barro Branco encaminhada ao presidente da OAB, em 25 de outubro de 1975, segundo a qual foi assassinado pela equipe do capitão Benone de Arruda Albernaz. No que diz respeito às circunstâncias da morte de José Maria, nos arquivos do DEOPS de São Paulo foram encontrados documentos contraditórios, um deles assinado pelo Delegado do DEOPS, Alcides Cintra Bueno Filho, afirma que José Maria fora morto em consequência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança, sendo que o mesmo delegado assinou a requisição de exame necroscópico onde assevera que, tendo sido preso por atividades terroristas, faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital, presumindo-se mal súbito. A delegacia mencionada era a da Rua Tutóia, local onde operava o DOI-CODI de São Paulo. Em outro documento produzido pelo mesmo delegado é justificada a não instauração de inquérito, tendo em vista a flagrante

evidência da naturalidade do óbito. Finalmente, em documento do Ministério do Exército encaminhado ao Ministro da Justiça, em 1993, é dito que José Maria utilizava-se do nome falso Edson Cabral Sardinha. Existe registro de sua certidão de óbito 31.153, livro 43-C-C, folha 124-V, expedida em 12 de julho de 1972, pelo Registro Civil do 9º Distrito Policial da Vila Mariana, em São Paulo.

As condições em que se deu sua morte somente começaram a ter algum esclarecimento em 1990, quando também seu nome verdadeiro pôde ser identificado. O paradeiro de José Maria foi descoberto por meio de pesquisas realizadas nos arquivos do IML de São Paulo pela comissão de familiares de mortos e desaparecidos políticos, onde constava ter sido enterrado como Edson Cabral Sardinha, no Cemitério da Vila Formosa. Somente com a abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, na Cidade de São Paulo, seu nome verdadeiro foi divulgado e os familiares finalmente localizados.

Agentes do estado. Equipe do então capitão do Exército, Benone de Arruda Albernaz.

Providências tomadas pela família. A família encaminhou uma petição para retificação do atestado de óbito. A sentença inicialmente negada em função da falta do corpo foi retificada em 28 de novembro de 1995, conforme apelação cível número tal, da Comarca de São Paulo. Seus restos mortais não foram encontrados, porque houve alterações na quadra onde ele foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa. Em dezembro de 1991, a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, acompanhada de técnicos da Unicamp, tentou exumar os restos mortais de presos políticos assassinados, os quais não foram encontrados. Segundo os coveiros, em 1976, ocorreram exumações no momento da alteração da quadra e essas ossadas foram jogadas em lugar do cemitério não informado.

As informações desse documento foram tiradas do dossiê Ditadura, Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil, 1964-1965.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos, então, passar para os depoimentos. Vamos compor a mesa. Eu vou pedir para a Ñasaindi e para o João Maria Ferreira Araújo virem para a mesa. (Palmas.)

Quem começa primeiro? A filha. Tem a palavra Ñasaindi.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Boa-tarde a todos. Eu já estive presente aqui na audiência no período da manhã.

Eu gostaria de colocar o nome de mais uma pessoa aqui presente, apesar de fisicamente ele não estar, por motivos pessoais, mas eu tenho certeza que ninguém mais que ele gostaria de estar aqui que é um outro irmão do meu pai, José Maria Ferreira de Araújo, e o nome dele é Paulo Maria Ferreira de Araújo. E representando está aqui sua filha Cecília e seu filho Leandro, mas o irmão, o João Maria, tem a incumbência de mais adiante estar apresentando as palavras que Paulo Maria enviou para nós, que eu acho que são muito importantes. Ele vivenciou períodos desde a sua infância, a convivência com o irmão e tal, a sua perda e tudo mais, então, acredito que ele seria uma pessoa importantíssima aqui, neste momento, e, infelizmente, não foi possível ele estar presente.

Eu gostaria muito de...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você gostaria de convidar os filhos do seu tio para vir aqui para a mesa? Eles vão falar ou depor?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu gostaria, se for possível e eles estiverem à vontade. É uma realidade nova para eles.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos convidar, então, Cecília, Leandro e Maurílio.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Isso. O Maurílio é filho do João.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tem a cunhada, Núbia.

A SRA. Ñasaindi Barret Araújo – Antes de mais nada, eu acho que é imprescindível e eu me sinto nessa obrigação de realçar a importância destes momentos. Eu vou ficar emocionada, não tem jeito, logo de cara. Por quê?

Por exemplo, uma situação mínima. Neste momento, agora, eu tenho certeza que já está havendo um crescimento, já está havendo uma influência do que são essas audiências, do que é a comissão, na vida das pessoas, inclusive nós personagens que estamos convivendo com isso há quase 40 anos. É um dia atrás do outro, é um momento

atrás de outro, é um encontro atrás do outro, é um pedacinho da verdade que vai se compondo a cada minuto, a cada busca, a cada encontro. E esses momentos aqui parecem que são mais intensos, porque eles têm um potencial muito maior por que eles têm muita informação. Numa conversa informal de um simples almoço, a cunhada, traz uma referência a um nome novo, alguém que ligava de madrugada e fala. Poxa, isso é muito importante. Muito importante pela oportunidade de estarmos intercambiando ideias e fazendo conexões. Finalmente, eu acho que a proposta do que é trazer para a população esses momentos, essa história, gerar a importância da memória, eu acho que isso acontece aqui já de cara, muito forte.

Eu sou Ñasaindi Barret de Araújo. Faço parte dos filhos que foram comentados aqui, no começo. Fiquei muito emocionada com o depoimento do João Paulo, porque eu me identifico, obviamente. Eu acho que nós somos... Se for realmente instituída essas audiências para receber os filhos, eu acho que seria até um trabalho de uma análise de pesquisa, pesquisa incrível, é uma coisa que abre muito para tantas perguntas. Por exemplo, eu não sei, você teve algum contato com o seu pai, na infância, né?

As minhas memórias vêm dos olhos das outras pessoas. Eu não tenho uma lembrança, a não ser sensitiva. Se eu me coloco e me imagino como um bebê, meu pai esteve perto de mim, próximo de mim até enquanto eu tinha um ano e dois meses. Se eu me locomovo assim mentalmente, psicologicamente, sensitivamente para aquele momento eu encontro um carinho, uma afetividade. Por quê? Porque eu sei que esse casal José Maria Ferreira de Araújo e Soledad Barret Viedma viveram juntos, foram casados, eu nasci, viveram juntos por mais de um ano nesse hotel em Cuba, então, houve esse ambiente familiar, isso é uma realidade que aconteceu, mesmo eu não lembrando diretamente. E isso é muito importante para mim. Porque mesmo nas minhas fantasias, porque as memórias, em si, dessa data, algumas pessoas conseguem acessar, mas eu acho que não tenho ainda essa capacidade, mas eu tenho capacidade de imaginar o que é o amor. Porque eu sei, porque eu sou mãe, porque eu já senti a importância e o valor que um bebê traz para uma família, para um casal que se ama, que se gosta e que está vivendo muitas questões juntos.

Mas eu não lembro. E uma coisa que me chamava e me marcou muito a atenção, apenas só por um detalhe para as pessoas terem um pouco dessa sensibilidade, da importância para nós como filhos, como a gente vivencia isso de verdade, é uma foto que tem os braços do meu pai, mas ela está cortada não tem a cabeça, e eu estou nos braços dele assim.

Eu sei que essas ações eram feitas em função de segurança, mas eu ficava olhando aquela foto e eu via só os braços e nunca tive acesso. Assim, até os 10 anos de idade, mais ou menos, eu não tive nenhuma foto do meu pai, eu só tinha foto dos braços, e tinha uma outra que tinha um corpo sem cabeça também que eu sempre achei que era ele também, que aí tinha um corpo maior.

Mas para vocês terem uma ideia de como as coisas são fortes e intensas para nós, a menos de uma semana, no dia 20 agora deste mês, eu me dei conta de que não podia ser ele, porque aquela criança lá não tem um ano e dois meses, sou eu, sou eu maior, era outro homem, mas até aquele momento eu sempre pensei que era ele. Então, você vê é muito forte, muito intenso, muito vivo dentro de nós esse processo constante de estar lidando com essas perdas que são insubstituíveis, que nunca serão...

Eu não sei, eu posso me perder aqui na exploração dos caminhos, mas eu tenho muito pouca informação sobre o meu pai. Ela veio crescer e se conformar com a presença dos familiares. Eu conheci a minha avó, os meus tios, os meus primos eu tinha entre 14 e 15 anos e eu logo encontrei um seio familiar muito afetivo, muito carinhoso e me entreguei a ele e venho nessa entrega e nessa convivência, há muitos anos. Foi muito importante, mas, mesmo assim, eu não sinto que eu tenha encontrado e que eu tenha abraçado o meu pai, e aí você começa a tentar identificá-lo, significá-lo de alguma forma.

Nós não temos muita informação sobre como foi a prisão dele, como foi essa morte. Por exemplo, aqui se faz essa relação com Edson Cabral Sardinha, mas ao mesmo tempo tinha essas fotos, tinha essas imagens, diz que está no cemitério, mas os ossos não são encontrados. Ou seja, você já se sente parte de um jogo. Engraçado. Pode ser, mas pode não ser. Está lá escrita uma coisa, mas pode ser outra. A gente vê tanta mentira, tanta barbaridade, tanta... Que é aí que entra essa questão da verdade. Porque senão toda verdade, mas uma boa parte dela está escrita nesses papéis, está escrita nesses dossiês que precisam ser investigados, que precisam ser abertos, estudados e entendidos. Por sorte nós já estamos tendo vários *experts*, Amelinha, pessoas que já estão nisso muitos anos, vocês. Se tudo der certo, mais adiante, quando as coisas realmente frutificarem abertura de arquivos e coisas assim, tudo isso já vai ter um valor, uma significância maior.

Eu não sei se eu trago, eu acho que eu não trago dados novos, a minha experiência é muito mais de uma filha que teve de dar muitas voltas para usar o nome Araújo em seu próprio nome. Eu tive problema seríssimo de identidade, da construção,

além da identidade real mesmo, do nome, RG, aquela coisa, a construção da identidade. Vocês devem saber, está contada mais ou menos a história e foi comentado aqui, a Amelinha comentou, eu perdi o meu pai e perdi a minha mãe, ganhei uma mãe nova. Eu fui acolhida por uma família brasileira – Damaris Lucena que estava exilada em Cuba, vivi e cresci com ela, vim para o Brasil com ela, como filha dela, mas existia, inclusive pela própria postura dela de contar sempre para mim quem eram os meus pais, qual era a minha história, qual era a história deles, que eu tinha esse anseio de ser filha de quem eu sou, legítima, sem deixar de ser a filha querida e adotada e acolhida pela Damaris. Então, são muitos processos que, com certeza, a partir do momento que a verdade vai se dando, tudo isso vai se acomodando dentro de nós mesmos e nós vamos conseguindo nos nutrir de informações reais, de fatos, de ocorrências, de uma pessoa de verdade que...

Não sei. Eu gostaria de ficar aberta a perguntas. Também não sei se tem alguém que tem interesse em alguma questão específica. Eu, como filha, tenho mais processos dolorosos do que informações em si.

(Manifestação fora do microfone)

É. Eu estou resumindo achando que todo mundo já sabe. Não, ninguém sabe. Eu nasci em Cuba, o encontro dos meus pais se deu somente lá, ela era uma paraguaia, estava militando...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Que dia, mês e ano você nasceu?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu nasci no dia 04 de abril de 1969.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Em que cidade?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Nasci em Havana, em Cuba. Acredito que os meus pais se conheceram lá. Em princípio, o José Maria, temos mais ou menos a data entre 1966 e 1967, a ida dele para Cuba, em princípio, pelos documentos a gente consegue mais ou menos imaginar que tenha sido esse momento. Lá ele conhece Soledad Barret Viedma que é uma mulher militante desde a infância, porque a sua família é uma família que sempre militou no país dela e também no exílio no Uruguai.

Tem uma história forte política que vem desde o bisavô que era um anarquista, que vem da Espanha, se instala no Paraguai, apaixonado pela luta que ele teria de fazer dentro desse país, com relação às injustiças que ele via lá. Foi um jornalista, escritor, inspira, até hoje, muitos dos aspectos literários e jornalísticos no Paraguai, no Uruguai, na Argentina.

Então, assim, ela era uma mulher que trazia uma bagagem, tinha estudado na União Soviética, ficou um ano por lá, tinha sofrido um sequestro, trazia marcas das suásticas nas suas coxas que os seus sequestradores marcaram com navalhas, então, era uma mulher com muita experiência e muita vivência dessa luta, dessa militância, por estar dentro desse ambiente desde muito jovem.

Ele era marinheiro, tinha estado presente durante o golpe de 64, ele fazia parte da associação dos marinheiros, juntamente, inclusive, com o cabo Anselmo que mais adiante, na história, seria aquele que, de certa forma, seria o algoz da sua esposa, algo assim, não sei se dá para entender.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Com quantos anos você veio para o Brasil?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu vim para o Brasil com 11 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você foi adotada pela família Lucena a partir de quantos anos?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu permaneci desde a chegada dela, em 1970, ou seja, desde um ano e meio até hoje faço parte dessa família. Mas, com 11 anos de idade nós viemos para o Brasil e eu, com a condição que eu tinha de documentos, consegui terminar o ginásio. Depois eu não consegui dar avanço aos meus estudos, porque eu não tinha como fazer um RG. Havia processos que precisavam ser feitos e que não foram feitos na minha chegada, houve falha também na minha entrada no país, o meu passaporte não tinha carimbo, não foi carimbado, ou seja, eu não existia no Brasil, de certa forma não tinha como comprovar.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Lá em Cuba, você nasce em que dia, mês e ano?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu nasço em 04 de abril de 1969.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você tem algum registro de quando seu pai teria saído de Cuba?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Sim. Ele saiu em julho de 1970, de Cuba.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E quando sua mãe saiu?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – A minha mãe saiu em dezembro de 1970.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Damaris chega lá quando?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – A Damaris chega, em março de 1970. Ela chega, em março de 1970. Soledad e Damaris são colocadas para conviver juntas. Meu vai embora em julho. Minha mãe vai embora em dezembro. E eu já estou com a Damaris desde março.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como foram seus primeiros anos lá em Cuba? Do que você lembra, evidentemente? Você saiu de lá com 11 anos?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Sim. Eu saí de lá com 11 anos. Eu estava comentando, esses dias, eu cresci cercada de tios e tias que vinham e iam. Nós morávamos numa casa com uma outra, depois que minha mãe foi embora tinha tia também que é um personagem fortíssimo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como é o nome da tia?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Tercina. Tercina Dias de Oliveira. Uma pessoa que merece muitas homenagens também. Ela estava cuidando do Carlinhos... Três crianças, três sobrinhos-netos.

Nós vivemos cinco anos juntos. Tercina, Damaris com seus filhos. Então, era assim um local forte da cultura brasileira e onde a Tercina e os demais brasileiros que por lá passavam faziam questão de manter viva essa coisa do Brasil, as suas conquistas, a sua cultura, então, eu vivi, cresci nesse meio. Até que houve um momento em que a Damaris optou por morar numa casa só ela e os filhos e houve um pouco essa separação. Mas eu sempre convivi com a presença dos exilados, principalmente, não só brasileiros, mas chilenos, peruanos, outros países da América que tinham seus problemas com relação e iam muitos militantes exilados para lá. Então, eu sinto que eu trago uma melancolia. É uma coisa dos filhos, eu acho assim essa coisa da melancolia, a gente conseguir absorver e captar todas essas tristezas das faltas, das perdas, dos presos, dos presídios, das torturas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando vocês saíram de Cuba, vocês vieram para o Brasil?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Nós viemos para o Brasil, moramos em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vocês chegaram quando aqui em São Paulo?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Mês de maio de 1980, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E você já tinha alguma noção da sua história familiar até esse período?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Eu tinha uma noção. Nesse momento, talvez eu tivesse uma noção até mais forte, porque eu algum momento eu

fiquei muitos anos com vários bloqueios. Eu consigo falar isso, hoje, porque eu não sabia que eu tinha bloqueio.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você sabia a história da sua mãe e a história do seu pai?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Sabia assim, que meus pais... Na realidade, por muitos anos e até muito pouco tempo eles eram desaparecidos. Não existia aquela, apesar de no caso da Soledad ter saído no jornal notícia da chacina da Chácara São Bento, os nomes das pessoas que morreram ali, ainda se duvidava. Nessa altura, se duvidava de tudo. Pelo menos eu convivía num ambiente, lá em Cuba, distante das notícias, então, a coisa chegava, era meio telefone sem fio, tipo um fala uma coisa, outro fala outra e quando você vai ver o que chega lá é a dúvida. Chegava em Cuba, era a dúvida se realmente teria morrido, se não teria morrido.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o lado paraguaio da sua família fazia contato com você lá em Cuba ou não?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Houve momento, sim. Porque quando Soledad sai de Cuba ela informa a família dela que tem uma filha e orienta para que se mantenha contato e numa necessidade que a família inclusive possa assumir, assumir, me acolher também. Mas o destino é assim um pouco confuso, porque a família dela também já está exilada, os meus avós tinham sido expulsos do Uruguai também, ou seja, eles estavam morando na Venezuela, em Caracas, em condições de vida muito frágeis, muito difíceis. Os irmãos cada um, todos estavam com sua vida particular ou suas militâncias também, vivendo clandestinos em outras localidades, então, já era uma família muito comprometida e muito problemática.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Jorgito quando saiu da prisão foi para o Chile?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Sim, eu acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele entrou em contato com você?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não sabia da sua existência?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Pode ser que ele tenha sabido da minha existência depois, ao entrar em contato com as irmãs, porque a Soledad entrou em contato no Chile com uma das irmãs e contou da minha existência. Inclusive é essa irmã que anos mais tarde, 1995, mais ou menos, me entrega um documento legítimo com o nome dos meus pais que a minha mãe tinha feito em Cuba que, a princípio, para mim não existia. E é por causa desse documento que aí eu pude fazer o meu RG, em 1996, com o nome legítimo dos meus pais. Era uma certidão de nascimento legítima, porque, quando eu nasci, não sei se a Soledad ou meu pai ou os dois juntos fizeram uma certidão, em Cuba, com o nome falso para mim. Eu acho que eles tinham muito medo, né? Então, meu primeiro nome foi Ñasaindi Sosa Del Sol. Inclusive esses documentos precisariam, haveria uma tentativa de recuperação. Na época, Deputado Airton Soares foi uma pessoa que ficou na tentativa de resolver minha situação e todos esses documentos foram entregues para ele, essa certidão Sosa Del Sol.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O Airton Soares?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Isso. Seria interessante tentar, de alguma maneira, não sei se ele tem ainda, rever esses documentos.

Mas houve muitos processos, muitas tentativas de colaboração, mas sempre muito difícil de se mover. Na década de 80 ainda tinha muito aquela pressão, aquele medo. Eu costumo brincar, eu fico brincando, hoje, com a situação, mas eu falava assim: imagina a dona Damaris ir na delegacia de ensino. Esse nome, delegacia, era algo que pesava para uma pessoa que foi presa, torturada e que tinha acabado de voltar para o Brasil, no meio daquele processo de anistia, realmente era algo difícil. Então, a amplitude que a ditadura, a forma como ela invade as nossas vidas não tem como medir.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aqui no Brasil, quando você tomou contato com a família do seu pai?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Isso aconteceu, mais ou menos, quando eu tinha 14 ou 15 anos. Quem chegou até mim foi o Paulo, Paulo Maria Ferreira de Araújo que, de alguma forma ou de outra, sempre pensou no irmão, sempre buscou o irmão e foi de pouquinho descobrindo informações e ele vai trazer um pouco disso aí no texto. Entrou em contato com pessoas que estiveram em Cuba e sabiam da minha existência, foi conseguindo, ganhou certa confiança, porque tinha isso também, as pessoas que voltavam de fora ficavam muito restritas, sabia que tinha muita delação, você não sabia em quem confiar. Isso é uma coisa importante e acho que é interessante pensar nisso.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Pode falar. É só falar o seu nome. Fique à vontade.

A SRA. CECÍLIA – Olá, eu sou Cecília, filha do Paulo, que foi quem, enfim, foi pesquisando, pesquisando e encontrou a Ñasaindi.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Está falando a Cecília Maria Lobo

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Eu acho o outro lado dessa mesma moeda, eu não consigo lembrar do meu pai não procurando o irmão, porque, quando eu nasci, ele já tinha sumido.

No nosso caso, você acha, e eu estou falando a gente porque era um assunto que era conversado em família, mas nunca super explícito, porque até o seu pai quer te proteger. Seja de uma realidade muito dura – quando você tem quatro ou cinco anos, seu pai não quer falar que o irmão dele foi morto, que o irmão dele foi torturado, que o irmão dele não existe. Só que, ao mesmo tempo, na minha casa, a gente tinha medo da Polícia, a gente tinha medo dos policiais, o telefone dos meus pais chegou a ser grampeado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vocês moravam onde?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Nós morávamos, em Campinas. Antes disso foi em Fortaleza, meus pais já estavam casados e a gente sabe, por informação de x , y , z de que o telefone, por exemplo, era grampeado, porque meu pai sempre foi atrás do irmão querendo saber, ele simplesmente queria saber onde estava o irmão, era tudo o que ele queria e se tinha um lado mais ideológico atrás, nessa hora era totalmente irrelevante, ele só queria falar para minha avó onde estava o irmão.

Eu, como filha, não tenho muitos dados para dar. Eu tenho um pouco como ela – lampejos. Mas eu não consigo lembrar do meu pai sem estar procurando o irmão.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Seu pai, quantos anos ele tem?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Ele tem... Não sei exatamente quantos anos. 60 e poucos anos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E o irmão teria...? Eles são quantos de diferença?

O SR. – 63 anos, hoje.

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – 63? E o tio teria quanto?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – O José Maria teria quanto?

O SR. – 71 anos. Iria completar 72.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ele era militar também?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Não.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nem militante?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Não. Ele só estava atrás do irmão.

Eu fiz questão de sentar aqui só para falar um outro lado, que é o lado assim: tem todo esse lado ideológico, que eu acho que a gente tem de ir atrás, mas tem o outro lado de seres humanos que, simplesmente, querem saber onde estão os entes queridos. O que aconteceu com eles? E isso que a Nãsaíndi estava falando de informações truncadas, coisas que não batem, pessoas... O meu pai, qualquer mínima notícia, ele ia para onde quer que fosse para saber do irmão. No nosso caso, tinha-se quase a certeza de que ele estaria morto. Então, eu falo que quase que no nosso caso a gente teve um final feliz, porque a gente encontrou ela.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando vocês a encontraram?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Quando ela tinha 14 ou 15, o que quer dizer... Eu tinha um pouco menos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vocês moravam em Campinas?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Em Campinas.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A Damaris já tinha ido para Campinas?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Não. A Damaris, nessa época, era São Paulo.

E assim. Eu tenho dois momentos muito fortes dessa situação. Um foi meu pai chegando em casa muito emocionado, sabe quando oito da manhã, mas, na verdade, sei lá que horas eram para ele, e ele estava assim meio estado de choque, ele pegou e falou: meu irmão teve uma filha. Ela tem 14, 15 anos e ela é a sua cara. Isso para a gente, para mim foi muito chocante. Eu falava: meu Deus! Primeiro, eu não era mais a mais velha da família, isso também era um pequeno fator, mas era o seguinte: ele estava muito feliz, porque, pelo menos parte de todo, imagina que tinham sido pelo menos 20 anos

que você só sabe que ele foi torturado, ou que ele foi, enfim, você não sabe muito bem como, mas foi, e ele sumiu e ele não está e aquela informação era falsa, e, de repente, você tinha uma coisa boa: era alguém. E ele ganhou essa sobrinha que ele considera quase uma filha e isso fez toda a diferença para ele. Então, sejam informações, ela é uma ótima informação, porque ela é um pedaço da história do irmão que se concretizou. Esse tipo de espaço eu acredito que é muito importante para que a gente consiga fazer isso que ela está falando dos pequenos pedaços de história, mas eu acho também muito importante se entender que eu, eu tenho 40 anos, até 10 anos atrás era muito difícil falar dessa história. Meus colegas de classe, por mais que todo mundo fale: ah! Teve ditadura. Ninguém sabe o que isso realmente significou. Eu acho isso, para a história do país é muito importante que seja dito, que seja explicitado. E não adianta, simplesmente, nos livros de história estar lá escrito que teve ditadura. Isso não quer dizer anda. Agora, você saber que teve pessoas que sumiram, pessoas que foram torturadas simplesmente por opiniões diversas etc., isso sim.

E eu acredito também que histórias individuais é que fazem a diferença. Porque quando você coloca todo mundo dentro de um bolo, um monte, um número foi morto etc., isso, às vezes, não explicita pequenas coisas. Eu falei do primeiro momento foi quando ela apareceu na nossa família, que foi uma coisa muito legal porque, de repente, a gente tinha uma parte daquele tio que sempre tinha sido desaparecido; e o outro momento que não foi tão legal, foi quando meu pai chegou em casa, eu nunca vi meu pai tão branco, e ele tinha uma foto do irmão morto. Ele tinha, enfim, eu não sei dar os dados certinhos, eu sei, mas foi quando entraram no DOI-CODI, enfim, ele conseguiu uma cópia, era muito chocante, mas, de uma certa maneira, depois de, eu acredito 30 anos, finalmente ele sabia o que tinha acontecido com o irmão, com certeza...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Quando foi isso?

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Eu não vou saber te falar.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Isso foi no IML. Tem ali algumas informações também.

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Ele tem toda a parte de documentação, eu sei que ele entregou, mas eu não tenho isso aqui. Mas o que eu digo

é: por incrível que pareça até uma foto, por pior que seja pelo menos é uma certeza. Porque, imagina a minha avó, ela não sabia se ela tinha um filho vivo ou morto. Ela lia... Maria da Conceição.

O SR. LEANDRO LOBO ARAÚJO – Eu queria falar também o nome do meu pai que está assistindo aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você é o Leandro, né?

O SR. LEANDRO LOBO ARAÚJO – Isso. Eu sou Leandro Lobo Araújo. Na realidade, eu vivi essa parte da história de um *backdoor*. Na realidade, eu tenho 15 anos de diferença. Então, quando a Ñasaindi apareceu em nossa família, eu estava recém-nascido. A única coisa, a lembrança que eu tenho, era a luta do meu pai, Paulo, que está, com certeza, sempre presente aqui e, agora, por um infortúnio ele não está. A única coisa que eu queria falar que eu aprendi com meu pai foi o ímpeto dele em relação a toda essa história. E como ele sempre foi uma pessoa visionária e revolucionária na pessoa de ele ser em busca de todos os dados, de todas as coisas. E isso não só por ele. Ele tinha uma visão muito maior que era em função da minha avó.

Minha avó era uma pessoa extremamente religiosa, uma pessoa que precisava viver todos os momentos da espiritualidade dela e, de certa forma, bem peculiar. E isso doía muito nela. Foi algo que, até alguma coisa que eu, uma das lembranças que eu tenho dela, estou até citando ela, porque eu, de alguma forma, eu lembrei dela esses dias, muito forte. E meu pai fez isso por ela também, queria encontrá-lo. E para mim, eu falo para o meu pai, você é meu herói. Toda essa busca que ele fez, tudo, passando perigo, botando a vida dele em risco.

Essa foto, se eu não me engano, foi uma conversa um pouco etílica que a gente teve uma vez, ele estava contando que ele invadiu um órgão público, eu não sei exatamente, fuçou, se escondeu, aquela coisa que você conta de garoto de invadir algum show, meu pai invadiu um órgão público com policial com arma. Eu falo: Porra, meu! Eu sou Júnior. Eu quero ser igual você quando eu crescer.

Então, eu queria deixar isso bem claro. Meu pai tem todo esse sentimento pelo irmão dele e, com certeza, essa parte revolucionária vem do meu tio, que eu não conheci, eu não tenho nada, além de foto dele morto, que é horrível falar isso, mas é

igual minha irmã falou, é a foto da certeza. Então, isso foi muito importante para nós como família.

E meu pai também fez parte de um grupo, chamado Grupo Tortura Nunca Mais, e foi um grupo muito importante para ele e para se encontrar também como irmão, e ele ajudou não só ao meu tio, irmão dele, mas às outras pessoas que faziam parte dele. Era quase um grupo de autoajuda. Autoajuda, não. De ajuda.

A SRA. CECÍLIA MARIA LOBO DE ARAÚJO – Só para finalizar a participação dos filhos, às vezes a família só quer ter a certeza. E, no caso a nossa avó, por exemplo, só queria poder rezar pelo filho. Às vezes são pequenos detalhes, mas que fazem toda diferença para as famílias. Então, eu só queria explicitar isso. (Palmas.)

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Obrigada, gente. Muito legal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Só para você poder concluir seu depoimento, você os conheceu aos 14 anos, lá em Campinas?

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Exatamente. Eu recebi a visita desse personagem. Eu também entrei um dia em casa, na casa da Damaris, onde eu morava junto com meus irmãos adotivos e tinha uma pessoa lá me esperando. E eu olhei e falei: É comigo.

Esse processo dessa promoção do encontro tem a mão, com certeza, do Eduardo Greenhalgh, sim, do Luiz Eduardo. Têm também outras pessoas que contribuíram bastante, eu não saberia lembrar o nome deles agora, mas são pessoas que estiveram em Cuba, que foram informando, fizeram contato com a família. Todas essas questões... E o processo foi se dando.

Você tem mais alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tenho. Eu sei que é uma coisa difícil, mas eu preciso perguntar.

E o lado paraguaio? Você encontrou suas tias? Falou com o Jorgito ao telefone? Fala um pouco disso. Porque eu estive preso com o Jorgito. Eu não queria falar desse jeito e eu vi o Edgar de Aquino Duarte, nós estávamos todos juntos. Então...

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – É incrível como nós, seres humanos, achamos que somos feitos de pedra. Mas nas experiências e nas vivências a gente vê uns homenzarrões assim, mas a gente vê como temos dificuldade de acessar nossos sentimentos. É nessa hora que a gente realmente vê qual é a nossa essência. E quando eu digo nós, eu espero que isso envolva todos os seres humanos, apesar de a gente ver tanta barbaridade, apesar de a gente viver num mundo onde essas barbaridades parecem que estão se perpetuando em vez de estarem diminuindo e se perdendo. A gente vê diariamente tanta violência por parte da Polícia, dos interesses econômicos. Todas essas questões, tudo isso faz parte dessa trajetória que deveria estar sendo amenizada, mas pessoas como Jorge estão, há muitos anos, tentando entrar em contato com esses momentos, porque por mais consciente que você esteja, por mais clara que esteja sua opção, sua escolha ideológica, suas ações, por mais que você consiga visualizar esse caminho de uma forma clara, esclarecida para você, a experiência, a convivência traz perdas fortes, ganhos fortes, e a gente vai guardando, vai acumulando e aquilo vai ficando. E chega um momento que só depois de muitos anos, de muito estar e repensar e pensar aquelas experiências e lembrar as pessoas e lembrar as situações, que a gente consegue, realmente, olhando um pouco de longe, avaliar. Eu penso assim. E para algumas pessoas falar inclusive sobre isso.

Eu penso que você, que Jorge, todos nós, hoje, estamos fazendo justamente esse exercício de se encontrar com a verdade dentro de si, de tentar mostrar para as pessoas o que isso significa e torcer para que elas vejam alguma coisa.

Mas o que eu queria muito agradecer a Amelinha, agradecer a você, agradecer a todas as pessoas que estão aqui, porque é essa luta que faz a gente. Eu que estive lá dentro, demorei toda minha vida. Eu vou fazer 44 anos e ainda estou me encontrando dentro dessa verdade. Se não houvesse essa luta de vocês, eu poderia ser, hoje, mais uma dessas pessoas que não conhece a história, que não conhece a verdade e ainda pode pensar que, realmente, seus pais eram terroristas e que eles mereceram o que eles tiveram. Isso é real, gente. Porque somente depois...

Eu lembro uma situação. Eu estou lá em Garça, eu morei no interior alguns meses, eu abro o jornal assim: a foto do meu pai. Eu estava na casa de uns amigos. Eu não sabia se eu fechava para ninguém ver, porque aquilo não tinha o significado que tem hoje, é óbvio. Eu tinha 20 anos, tinha acabado de me dar conta que eu vivia num mundo de ilusão e que a minha história mesmo, de verdade, estava me chamando e eu

não sabia o que fazer com aquilo. São processos complexos. E aí, de repente, foi quando se descobriu que ele estava no Cemitério da Vila Formosa, provavelmente com o nome de Edson Cabral Sardinha e aparece a foto do meu pai. Eu fiquei meio assim, tentando entender, e eu não sabia.

Então, assim são esses processos dessa busca, essa luta constante que vai gerando essa consciência. Essa é uma luta que não pode morrer, não pode acabar, só tem de crescer. Contem comigo para o que eu puder, de alguma forma influenciar.

É uma história longa, não dá para falar tudo aqui, por mais... Tem mais alguma pergunta?

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Depois a gente volta. Vamos ouvir seu tio. Vamos ouvir o irmão... Ah! Desculpa, Amelinha. Eu não te vi.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Boa-tarde. Naia. Eu te chamo de Naia. Eu estou ouvindo aqui você falar, depois falou a Cecília, falou o Leandro, mas a Naia eu penso assim: como essa ditadura foi perversa, como ela foi cruel, quiseram roubar sua história o tempo todo. A sua história de vida, a sua história de nascimento, a sua história, a sua infância, e você está aqui com a gente. Eu fiquei pensando isso de maneira muito forte, porque essa história sua é uma história de um pouquinho de cada um de nós que viveu essa época, mas a sua é muito forte, porque essa história é uma história de um pouquinho de cada uma de nós que viveu essa época, mas a sua é muito forte.

Quando vocês estavam falando da história da foto, eu entro para a família Ferreira Araújo com essa foto. Por quê? Nós conseguimos entrar, no Instituto Médico Legal, foi lá em 1990, quando, 15 dias depois que abriu a vala de Perus, que a Luiza Erundina, a prefeita, abriu a vala de Perus e que nós vimos que pouco, e naquela época o DNA não existia como existe agora, nem essa tecnologia toda não era, 20 anos atrás era menos, 20 e tantos anos atrás. Então, nós tínhamos de ter acesso aos documentos do Instituto Médico Legal, às fotos, inclusive às fotos dos cadáveres, para a gente poder levantar dados antropométricos, porque todo trabalho era comparativo, você levanta os dados e depois compara com aquela foto do morto com a foto do vivo e faz essa comparação, para chegar à identificação. Nós entramos no IML numa luta. Deve ser isso que seu pai fala, foi uma luta grande porque o diretor do Instituto Médico Legal, na época, era o doutor José Antonio Melo, que tinha assinado um laudo falso do Manoel

Fiel Filho, que tinha sido assassinado em janeiro de 1976, a repressão, o DOI-CODI queria dizer que ele tinha se suicidado e o Antonio Melo, que é esse diretor, que é o médico legista, assina o laudo como se fosse suicídio a *causa mortis*, então, ele não quer que a gente entre lá, ele morre de medo de a gente entrar, ele é o diretor e nós vamos à luta.

E a Luiza Erundina tinha negociado com o governador, à época, que era o Orestes Quércia, de que os familiares deveriam ter acesso a toda documentação para que pudesse avançar na investigação das ossadas da vala de Perus. E o diretor não deixa a gente entrar, nós ligamos para o palácio, no orelhão, porque, naquele tempo, nem celular tinha. Nós fomos ao orelhão, tem um orelhão na frente do IML, nós fomos lá e ligamos para o governador Orestes Quércia. O diretor não acreditou que a gente ia falar com Orestes Quércia, mas nós falamos, porque o Quércia falou: o familiar ligou aqui, pode me passar que eu atendo. E falou: ele não quer deixar vocês entrar? Então ele vai ser demitido. E nós falamos: está certo demitir porque ele assinou o laudo falso. E ele foi demitido no dia seguinte. Vocês podem ver, está no Diário Oficial. Nós entramos no IML dessa forma, lutando.

Chegamos lá, nós ficamos, durante oito meses, fazendo aquela pesquisa. Começou naquele setembro de 1990 e foi o ano de 1991 todo, porque nós acompanhamos toda a CPI da vala de Perus, junto ao IML, para levantar a documentação. Um dia, por acaso, eu falo assim: nós nos reunimos e nos encontramos e, às vezes, o acaso acontece, porque você sabe que a nossa luta política é grande, porque a gente exige a abertura dos arquivos, a gente exige que as autoridades sejam mais responsáveis, que respondam às nossas perguntas, e isso não acontece.

Eu entrei em uma sala que era um laboratório lá dentro do IML, que era o laboratório que fazia as fotografias, porque também não tinha máquina digital, era tudo diferente. Aí tinha um papelzinho amarelo em cima de uma prateleira e eu falei: pega esse papelzinho para mim. Era um envelope. E o funcionário nem queria pegar, e eu insistindo para ele pegar. Quando ele pegou o envelope, tinha uma foto do morto escrito Edson Cabral Sardinha. E nós não conhecíamos o caso do José Maria Ferreira Araújo. Porque a denúncia que é feita lá atrás é pelo Ariston Lucena e o Ariston Lucena conhece o nome ou “Araribóia” ou Edson Cabral Sardinha, que é o codinome, mas não conhece o nome José Maria Ferreira Araújo. Então, nós vamos... E o Paulo chega nesse momento, porque quando da abertura da vala logo em seguida ele chega, mas ele fala de José Maria e José Maria, para nós, não tinha essa história.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Amelinha, já que você lembrou, nomeou Ariston Oliveira Lucena...

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – É uma testemunha.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – É uma testemunha que deveria aqui estar hoje e que, por problemas de saúde, não pôde estar.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Porque ele foi convidado para vir, hoje.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – É também o meu irmão adotivo, ele é filho da Damaris Oliveira Lucena. E as coisas que você falou se dão...

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Então, quando nós vimos essa foto Edson Cabral Sardinha e nós tínhamos a história do Edson Cabral Sardinha que tinha sido morto, na Operação Bandeirantes, em setembro de 1970, aí eu chamo o Ariston e falo: Ariston, olha esta foto aqui e vê se ele é mesmo Edson Cabral Sardinha. O Ariston já tinha começado a entender que o Edson Cabral Sardinha era o José Maria. Ele falou assim: é o Edson Cabral Sardinha, só que ele não tem esse nome; o nome verdadeiro dele é José Maria Ferreira Araújo. Então, foi nesse momento. Aí nós chamamos o Paulo e o Paulo viu essa foto. Foi esse momento que nós, a importância das fotos.

Nunca foi tão importante, porque, de repente, ele era uma pessoa desaparecida, era desaparecido, de repente, ele ficou aparecido de uma certa forma, porque ele foi enterrado na Vila Formosa, as quadras foram reformadas, foram destruídas, e nós nunca encontramos o corpo, apesar de a gente ter feito várias exumações na Vila Formosa, por conta do José Maria Ferreira Araújo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Amelinha, aproveitando, porque eu estava perguntando aqui para a Ñasaindi se ela conheceu, em Cuba, o pessoal que, digamos assim, participou do treinamento do “Araribóia”. Você que está falando e

antes de o irmão dele falar, em que circunstâncias o “Araribóia” teria sido preso? Em função da repressão do Vale da Ribeira? Em que circunstâncias?

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Não. Provavelmente, foi o cabo Anselmo que entregou. Ele eu acho que vai explicar, mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Termina a frase. A Ñasaindi vai ter de ir embora, aí ela já vai fechar e aí passo para o tio dela.

A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES – Ah! Tá. Então você fala e depois a gente volta.

A SRA. ÑASAINDI BARRET ARAÚJO – Com relação à prisão do meu pai, eu gostaria de, abertamente, em outra ocasião, pedir uma audiência privada. Eu tenho algumas informações, eu acho que o Ariston também tem algumas informações, mas eu não gostaria de expor essa situação dessa maneira.

Com relação ao Ariston, ele era um irmão. Quando eu estava em Cuba, o Ariston era o irmão que estava preso lá no Brasil, filho da Damaris, o irmão tinha sido condenado à morte e ficou 10 anos preso. E quando eu chego no Brasil ele é a pessoa que me confirma que meu pai está morto, porque, numa conversa informal, logo em seguida, que a gente não se conhecia, eu escrevia na prisão para o Ariston, escrevia cartas de Cuba para o Ariston, porque eu ouvia a Damaris falar dele, eu mandei desenhos, mandei coisas que eu fazia. E, quando nós nos conhecemos, finalmente, quando eu vim para o Brasil eu tinha 11 anos de idade e ele falou assim: espera aí! Mas ele fez... O seu pai? José Maria, o boêmio, o “Araribóia” e tal, ele morreu quando eu estava lá preso em tal lugar. Aquilo foi impactante. Então, assim, são muitos momentos importantes, impactantes, muitas notícias, muitas coincidências, isso que você fala.

Você perguntou como cheguei à família da minha mãe. Bom, como eu saí de Cuba eles me perderam, se perderam de mim e eu me perdi deles e a gente perdeu esse contato. E as filhas de uma outra militante, Célia Coqueiro e Sueli Coqueiro estavam na Nicarágua, as filhas da Isaura, e começaram a conversar. Eles montaram um grupo, tinham um grupo, e começaram a conversar com uma paraguaia que estava lá e ela comentou que tinha uma irmã que tinha uma filha que morava em Cuba e ela ficou sabendo que as meninas moravam em Cuba, moraram e tal, e elas ficaram ouvindo e

elas reconheceram que era eu. Então, aí se estabeleceu novamente esse contato. Eles pegaram o telefone e tal. Isso lá na Nicarágua.

E aí eu recomecei esse contato que eu conheço praticamente, não digo toda, porque falta gente ainda porque é muito grande, mas conheço todos os meus familiares, menos os meus avós, porque eles morreram em 1982, logo um próximo do outro, assim, eles faleceram, então, eu não pude conhecê-los.

Eu vou pedir mil desculpas para vocês, mas eu, realmente, tenho de retornar a Campinas, então, eu estou saindo da mesa com muita tristeza, é verdade. Mas também tem outro personagem que ainda vai ser citado. Vou deixar me representando também, além do tio Paulo, a carta que o tio João vai ler, e fico muito contente. Realmente, vocês me surpreenderam hoje. Para mim isso é muito importante. Tão importante quanto estar aqui e quanto falar do meu pai é ter a presença de vocês, de a gente se encontrando nessa situação, nesse momento, todos nós carregamos essa... E eu sou vocês e vocês são eu.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Nós vamos nos encontrar, no dia 11, aqui em São Paulo, no Dia das Mulheres. Eu queria te pedir para trazer uma coisa mais organizada da sua família, do lado materno, dos Viedma, desde o Uruguai. Isso é importante. Obrigado.

Tem a palavra o companheiro João Maria.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Acredito que depois de todos os depoimentos que nós ouvimos, eu vou fazer somente a retrospectiva de uma parte que talvez ninguém conheça, que é a existência do Zé Maria, meu irmão, um ano mais velho do que eu, com o qual eu convivi praticamente 12 a 13 anos de existência.

Eu segui para um colégio interno, colégio interno de padres, e ele foi para Fortaleza. A única coisa peculiar que eu diria do seu caráter é que ele era muito tranquilo e que apresentou uma tremenda revolta quando entrou para a Marinha. Então, aos 18 anos de idade, Zé Maria...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Você nasceu onde?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Em Santa Luzia, na Paraíba.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E ele nasceu onde?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Em Fortaleza, Ceará.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Aí ele nasce em Fortaleza.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Nasce em Fortaleza. Os pais são comerciantes, vêm para a Paraíba. Nós ficamos lá, até os 12 anos, eu vou para o internato e ele vai para Fortaleza viver com um tio que é médico, analista, famoso em Fortaleza, José Medeiros. Aos 18 anos, ele decide ir para a Marinha. Então, nós nos correspondíamos.

E ele então me deu a entender que a Marinha era muito... A socialização na Marinha era terrível. Ele que era marinheiro de primeira categoria, eles praticamente eram obrigados a fazer todo serviço, serviço de faxina dos navios, e aquilo gerou uma revolta muito grande entre os marinheiros de primeira classe. Então, eu diria que uma parte da revolta social do Zé Maria adveio da sua permanência na Marinha.

Em 1964, portanto, um mês, fevereiro, janeiro, fevereiro, antes de deflagrar a revolução, a ditadura, ele estava presente lá em Santa Luzia, portanto, já com seus 20, 22 anos de idade. Zé Maria que é de 1941, 22, 23 anos. Eu, um ano menos do que ele. Então, ele teria dito para toda família, minha mãe muito cristã, teria dito para toda família que ele era comunista. Quer dizer, aquilo explodiu lá naquela cidade de interior perante minha família como uma coisa muito grave. Ele comunista, que estava brigando pelas causas sociais. Eu disse a ele: cara, vai viver sua vida. Procura subir de patente. Ele disse: você não sabe o que é isso. Eu vou lutar pelas minorias.

Bem, passaram-se os anos. Mesmo neste ano eu recebi uma carta dele...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas fala um pouquinho. Vocês falam muito depressa.

Quem era o Zé Maria? Como ele se formou até ele chegar na Marinha?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – O Zé Maria...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Espera um pouquinho.

Você ficou no colégio interno, talvez isso provocou uma distância maior, mas fala um pouquinho da história do Zé Maria, porque senão parece que ele já nasceu marinheiro. Como veio a formação dele?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Não. É porque eu achei o seguinte: que já tinham falado bastante sobre a família.

O Zé Maria era um cidadão como outro qualquer, um menino como outro qualquer. Um menino que jogava bola, que brigava, nós brigávamos juntos na cidade pequena, que andava à cavalo, que gostava de passarinhar, como todos os garotos das cidades interioranas e que, claro, tinha suas paqueras. Só que quando ele saiu para Fortaleza, ele sai para Fortaleza aos 13 anos e eu saio para o internato. Então, praticamente nós diversificamos a vida.

Aos 18 anos, quando ele entra para a Marinha, ele já começa com aquele espírito revoltado, porque ele vai para a Marinha. Tem um outro primo, chamado Marcos Neri, que era primo dele, entra também na Marinha, mas imediatamente diz para a família: isso é vida de cachorro, eu não aguento viver na Marinha da maneira como sou tratado.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Deixe eu entender. Quando ele foi para morar em Fortaleza, com esse médico, ele era um menino que morava na casa desse médico.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Não era um menino. Era um rapazinho.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tinha 13 anos, não é?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – 13 ou 14 anos.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Foi morar na casa do médico.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – E lá ele conviveu...?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Lá ele conviveu com esse tio, eles tinham um apartamento lá. Esse tio tinha costume de albergar outros parentes. Tinha ele, tinha o Fernando, tinha outros primos e outros sobrinhos, irmãos do Zé Medeiros, que moravam lá. E Zé Maria era um deles. Zé Maria. Então, ele tinha três ou quatro lá. E ele partiu para a Marinha, porque foi um caminho mais fácil que ele achou.

Voltando àquela década de 64, quando eu recebi, onde estourou a revolução, eu recebi a primeira carta dele, uma carta dizendo que ele estava..., uma carta ou familiares mesmo dele disseram, não sei bem, que ele estava na Ilha das Cobras. Que os marinheiros tinham sido mandados, tinham sido apreendidos e tinham ido para lá. E, nesse período, eu me lembro de um fato que ele falou: que eram tantos presos políticos que eles não podiam deitar, que eles ficavam em pé, eles dormiam em pé, colocavam dois ou três para dormirem e depois iam revezando.

Poucos meses depois teve um advogado famoso no Rio, estou esquecido do nome, que os liberou da Ilha das Cobras. Nesse período, quando ele foi liberado da Ilha das Cobras, deve ter passado uns quatro ou cinco meses preso, ele fugiu, aí ele ficou na clandestinidade. Nesse período de clandestinidade, ele me escrevia ou falava, às vezes, dizendo e dando a entender que estava bem e que dissesse para todo mundo que ele estava bem. Isso até mais ou menos 1966, quando um dia ele chegou para mim: eu vou viajar, vou para o exterior, não me procurem mais, porque eu estou brigando pela socialização brasileira.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso pessoalmente ou por telefone.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Por telefone. Eu nunca mais o vi. Aí você perguntaria: como era a receptividade de tudo isso em casa? A minha mãe achava que ele estava servindo a alguma coisa de religiosidade. O meu pai achava que de uma hora para outra ele chegaria em casa.

Tem uma ressalva que eu quero fazer aqui, durante todo esse período que ele disse que ia para o exterior e que não o procurassem mais, quando chega, mais ou menos, à década de 70, nós morávamos em Campina Grande, eu tinha me formado, em Fortaleza, tinha vindo exercer minha profissão em Campina Grande e, pela madrugada,

a gente recebia um telefonema de um cidadão que eu conheço lá em Santa Luzia, chamado Leôncio, e esse rapaz telefonava e dizia: tudo bem, tudo bem, teu irmão está muito bem, está muito bem, ele está trabalhando numa metalúrgica, numa metalúrgica aqui no Rio de Janeiro. Aí desligava o telefone. Quando era, às vezes, uma hora, duas horas depois ligava de novo o telefone: seu irmão tem uma namorada aqui, em uma namorada no Rio – foi esquecido o nome dela, tem uma namorada no Rio e falava sobre a namorada. Passou. Silêncio total. Nunca mais ouvimos falar sobre isso.

Outra coisa que eu faço ressalva. Essa carta que eu vou ler é do Paulo. Paulo, realmente, nós chegamos a dizer que ele foi o pai da Ñasaindi, porque, quando chegou à década de 70, gradativamente foi avançando, eu não soube nenhuma notícia. Meu pai achava que ele voltaria. O Zé volta. Fica tranquilo que ele está na América do Sul, não sei se ele está no Chile. Em Cuba ele não aceitava, de maneira nenhuma. Aceitar que o filho dele estivesse em Cuba, ele não aceitava. Era impossível. Cuba era terrível.

Pois bem. Vivendo toda essa problemática, ele começou uma luta atrás procurando saber onde estava o Zé Maria. E falaram ali, para dar uma satisfação, acredito, ele muito ligado com a mãe, sentia demais aquele sofrimento dela pela ausência do filho, e comprometeu lá em casa que encontraria Zé Maria, estivesse onde ele estivesse.

Quando foi na década de 80, portanto, já são 10 anos *post mortem* dele, ninguém sabia que ele tinha morrido, ninguém sabia se ele estava. Eu achava que ele estava em Cuba, Cuba ou na América, já que ele tinha dito que ia se infiltrar no movimento de guerrilheiros. Uma vez ele me falou que ia lutar pela sociedade brasileira. Depois de passada essa fase toda, nós, um dia, soubemos que Paulo estava atrás e procurando e tinha deputados e tinha muita gente que ele estava tentando conseguir, quando uma vez ele chegou em casa e disse: você sabia que Zé Maria tem uma filha? Eu disse: você está louco! Zé Maria? Filha? Disse: tem uma filha e eu descobri a filha dele. Aí foi o primeiro impacto. Saber que o Zé Maria tinha uma filha, mas ninguém sabia nada sobre a existência, sobre a existência da permanência dele em Cuba.

Quando foi depois eu soube que tem uma família brasileira que foi trocada numa dessas trocas de sequestros, que tinha ido para Cuba, que tinha sido a Damaris, que essa família tinha sido trocada, não sei pormenores, mas que tinha sido trocada e que estava em Cuba, e que Zé Maria era muito amigo da Damaris e que fazia parte do núcleo da Lapa. Não sei detalhes. A única coisa que eu sei e depois capei alguma coisa é que parece que o núcleo da Lapa tinha um militar, não sei se era o marido da Damaris, como

é que é, que tinha morrido, que tinha havido confronto com as forças de repressão, e que esse grupo tinha sido trocado, depois de ter havido um sequestro aqui no Brasil e ele tinha ido para Cuba.

Vejo o Zé Maria já em Cuba, já com essa filha, não sei detalhes, ela estava aqui e saiu, ficou em Cuba. Depois de Cuba ele veio para o Brasil. E o que eu soube é que Zé Maria foi traído pelo cabo Anselmo, que o cabo Anselmo traía, que tinha sido o presidente da Sociedade dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, da qual o Zé Maria era o tesoureiro.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Como o senhor soube isso?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – É muito difícil a gente dizer. Talvez através do Paulo, talvez através de clientes, através do dia-a-dia, mas detalhar...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Mas tinham noção de que foi o Anselmo que provocou a prisão?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – O Anselmo não só traiu ele, como traiu ele, a mãe, traiu ele, traiu a esposa. A única coisa que eu acho estranho é porque Zé Maria foi o primeiro marido da Soledad. Quando Zé Maria morreu, parece até que um jogo. Como eu pensei: o Anselmo matou Zé Maria. Matou Zé Maria para poder ficar com Soledad? Não sei. Agora, uma coisa que eu acho estranha é por que é que depois o mesmo Anselmo trai a mulher e mata no Recife.

Veja bem, a Soledad é esposa do Zé Maria, guerrilheira, tem a filha Ñasaindi. Depois o que acontece? Zé Maria vem para cá já como representante da Vanguarda Popular Revolucionária. Era um dos chefetes. Não sei qual o cargo dele. Foi preso. É o que se diz em São Paulo, num dos largos mais famosos de São Paulo, foi preso.

(Manifestação fora do microfone)

Não. Preso no DOI-CODI, mas...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A rua. Ele está dizendo a rua em que o Zé Maria teria sido preso, antes de ser levado para o DOI.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Largo do Arouche, não. Uma das estações mais famosas, que vem lá da Barra Funda. Depois, se eu me lembrar, eu digo. Foi preso, foi levado para o DOI-CODI e lá ele teria sido seviciado e morreu no pau de arara.

Eu conheci... Um dos meus clientes uma vez me disse: João, eu ouvi os gritos do Zé Maria, os gritos do Zé Maria. Quem era? O Ariston. O Ariston estava preso no mesmo DOI-CODI quando o Zé Maria foi morto. Então, ele disse: eu ouvi os gritos do Zé Maria lá. E a morte teria sido muito rápida, muito rápida. Mas só tomamos conhecimento disso, através do Paulo, em 1984 ou 1985, porque nós não sabíamos absolutamente nada.

Então, realmente, o Paulo, para mim, foi o grande investigador. Eu nunca procurei absolutamente nada da vida do Zé Maria. Primeiro porque eu achava que ele estava clandestino, que ele estava no exterior. Depois que surgiu a morte. Eu só acreditei quando eu vi o retrato dele. É inconfundível você ver o retrato dele lá do DOI-CODI. E, a partir daí, as coisas foram evoluindo. Como aconteceu, na década de 90, o Paulo estava, de novo, brigando para descobrir mais coisas e entrou no grupo da Erundina, que eu acho que foi com ela que ele esteve nessa Tortura Nunca Mais. E toda semana ele vinha e procurava saber detalhes de toda essa turma que tinha vivido na clandestinidade, inclusive o próprio Zé Maria.

Em Santa Luzia, Paraíba, 26 de fevereiro de 2013.

Dr. Paulo Maria Ferreira de Araújo para Comissão de Verdade de São Paulo Rubens Paiva. Audiência pública sobre ocorrências relacionadas com os mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar no Estado de São Paulo. Auditório “Paulo Kobayashi”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Entre os vários cidadãos brasileiros em destaque aqui neste dia, 26 de fevereiro de 2013, e cujas vidas foram suprimidas pelas forças de ditadura militar, está o meu irmão José Maria Ferreira de Araújo que, em 23 de setembro de 1970, foi barbaramente assassinado, sob tortura em pau de arara, no DOI-CODI de São Paulo, Operação Bandeirantes, que funcionava na Rua Tutóia, Bairro Paraíso. Companheiro José Maria presente. Companheiro José Maria presente.

Agradecido à vida por este momento, quero inicialmente enviar minhas saudações aos componentes da Comissão da Verdade de São Paulo, integrantes da mesa de trabalho desta audiência pública, aos queridos familiares, parentes, companheiros e

demais pessoas presentes neste auditório ou que estão assistindo via *online* em sintonia com a transmissão simultânea realizada através da TV WEB da Alesp.

Saibam todos que muito me honraria estar presente e participar deste momento de resgate histórico, mas fui impedido por questões particulares. Neste momento, encontro-me na Cidade de Santa Luzia, Paraíba, distante quase 300km da capital João Pessoa. Aqui se encontram as raízes da origem familiar de Zé Maria. O pai, senhor João, um agricultor com aptidões de contabilidade, e a mãe, dona Lia, uma professora de ensino fundamental. Os dois constituíam com seus 11 filhos uma das famílias de classe média pobre da cidade, com sonhos de romper as desigualdades sociais através do crescimento pelo estudo.

Zé Maria, o primogênito, como todas as crianças e jovens de Santa Luzia, estudou no Grupo Escolar Coelho Lisboa, escola com 80 anos de existência, onde concluiu o curso primário. Pelo seu bom desempenho em todas as classes do curso primário foi agraciado com o Prêmio Coelho Lisboa. O passo seguinte foi a preparação para o exame de admissão ao ginásio, indo a seguir estudar em Fortaleza, Ceará, na casa do seu tio.

Movido pela fantasia do sonho de navegar pelos mares concorreu para a escola de aprendiz de marinheiro, do Ceará, onde se deu bem. Como grumete-praça seguiu para o Rio de Janeiro onde continua estudos de progressão, buscando fazer carreira na Marinha. Desenvolveu aspectos vocacionais voltados para a mecânica ligada às máquinas. O navio Cruzador Barroso foi uma morada pela maior parte pelo seu tempo na Marinha.

Em 1960, fez sua principal viagem ao exterior, tendo a bordo o presidente Juscelino Kubitschek e sua comitiva ministerial, com destino a Portugal e passando pela Espanha. As fotos e os relatos dessa viagem configuravam momentos de muito orgulho para o marinheiro José Maria.

O seu crescimento na instituição militar foi acompanhado de uma maturidade política. Estudos filosóficos e movimentos trabalhistas constituíram fermento para as bases de estruturação de vários sindicatos brasileiros, incluindo uma associação que reunia marinheiros e fuzileiros navais. Em princípio, de natureza clandestina, a ANMFN operou durante algum tempo junto à sede do sindicato dos metalúrgicos brasileiros. Não é difícil entender a posição desses jovens perante as perspectivas que surgiam com os projetos do então sucesso do Jânio Quadros, João Goulart.

Em março de 1964, José Maria esteve em Santa Luzia para gozar suas últimas férias. Por volta do dia 20 ele foi chamado por seus companheiros, com argumentos de que o Rio de Janeiro ia pegar fogo. Ele retornou imediatamente, quando participou de várias reuniões da Associação ANMFN clandestina aliada com o discurso de João Goulart.

O fato imediato a seguir foi o golpe militar, iniciado em 31 de março de 1964. A sua permanência por mais de seis anos foi interrompida com seu desligamento como consequência do julgamento pela atitude de permanecer ao lado do presidente João Goulart, como aconteceu com centenas de outros marinheiros e fuzileiros navais.

Ficou preso incomunicável por vários meses na Ilha das Cobras. A seguir, foi julgado e expulso da Marinha. Entregue ao tribunal da militar ditadura, aquele contingente de jovens militares, com idade em torno de 22 anos, foi julgado e condenado a penas que variavam entre cinco e seis anos de reclusão. Como tal julgamento foi realizado sob a força de um *habeas corpus*, estavam livres, portanto, grande maioria desses sentenciados fugiram e entraram na clandestinidade. Muitos foram, imediatamente, para fora do país e muitos constituíram as fileiras dos diferentes grupos de resistência política com ação na clandestinidade. A caça aos subversivos e comunistas já estava deflagrada.

Em abril de 1966, foi a última vez que Zé Maria escreveu uma carta para a família. Se dizendo clandestino, preveniu os pais e irmãos que não falaria mais em família nem para onde iria. Hoje, sabemos com mais detalhes o momento que participando do grupo VPR foi designado para viajar em treinamento em Cuba, onde permaneceu até meados do ano de 1970. Após sua chegada ao Brasil sabe-se que teria sido denunciado caindo nas garras da repressão política, o DOI-CODI, em 22 de setembro de 1970. O relato da permanência de Zé Maria em Cuba e do seu retorno ao Brasil só foi melhor esclarecido com o movimento da anistia, de 1979, quando os exilados começaram a voltar. A busca de Zé Maria, no Rio de Janeiro, persistiu até o movimento da anistia.

O relato mais significativo que a família teve foi a chegada do Paulo Conseva, o jornalista. Em artigo publicado no Correio de Pernambuco, Conseva insinuava conhecer a trajetória de Zé Maria, assim como sua permanência em Cuba, seu casamento com a Soledad Viedma e até mesmo o nascimento da filha Ñasaindi. A família, em polvorosa, solicitou a vinda do Paulo Conseva até João Pessoa para o encontro e pedido de esclarecimento. Foi feita uma gravação com mais de duas horas

contendo informações preciosas e várias dúvidas. Viajar para Cuba para buscar a filha de Zé Maria foi o principal foco a partir de então. Sem relação diplomática entre Cuba e Brasil ficava difícil uma viagem direta. A opção de viajar via Suíça ainda era melhor opção. Antes mesmo de comprar passagens ficamos conhecendo outros brasileiros que estiveram em Cuba, permitindo uma aproximação do Luiz Eduardo Greenhalgh que, após cuidadosa reticência, mandou avisar que a menina Ñasaindi já estava no Brasil.

A descoberta e a aproximação da Ñasaindi constituíram, por si só, uma sucessão de fatos e relatos que merecem ser bem explorados e analisados à luz de outra perspectiva. Para a família e, em especial, para a viúva dona Lia, mãe de Zé Maria, seu João morrera em 1973, a presença de Ñasaindi trouxe novo alento de uma vez que víamos nela a presença do pai José Maria e da mãe Soledad. Ambas as famílias exploraram esse novo fato para conhecer a Ñasaindi. Fisicamente, sempre guardou semelhança com os padrões da família.

Os dados da pesquisa e posterior encontro de informações sobre Zé Maria ganhou valiosas informações a partir dos arquivos do DEOPS, do IML de São Paulo e dos registros dos cemitérios. A denúncia feita através da comissão dos mortos e desaparecidos, à época da prefeita Erundina, está bem documentada e disponível para esclarecer alguns fatos. Existem, ainda, várias questões a serem respondidas, entre essas: até hoje a família não tem notícia de quem matou Zé Maria. O que aconteceu com as ossadas de Zé Maria? O laudo da morte elaborado no IML é falso e fraudulento em relação à realidade, como consertar aquele parecer médico? Outro aspecto que merece ser exposto foi a frustração da família com relação ao enterro de José Maria que acreditávamos seria exumado do Cemitério de Vila Formosa. Nada foi encontrado que pudesse ser identificado como sua ossada.

Paulo Maria Ferreira de Araújo. (Palmas.)

O SR. MAURÍLIO BARRETO ARAÚJO – Boa-tarde. Meu nome é Maurílio, filho do depoente João Maria e sobrinho do desaparecido José Maria.

O que há de mais louvável nessa Comissão, sem dúvida, é o resgate da verdade décadas escondida nos porões que mesmo no regime democrático ainda a muito custo vem sendo tirada, tirada a poeira e ainda há muito por tirar.

Há coisas que, infelizmente, não poderemos trazer de volta, por exemplo, a convivência da Ñasaindi com seu pai que, como ela relatou, só teve uma foto com os braços que nem a cabeça podia aparecer e ficou para ela só a imaginação de como seria

essa convivência. Infelizmente não foi possível ter devido à tragédia que foi esse período de ditadura.

Mas há algo, sim, que essa Comissão pode e deve fazer que é retificar nos livros oficiais ou pelo menos apresentar moções em relação a isso, como, por exemplo, essa proposta que foi colocada na carta do meu tio, em relação ao atestado de óbito, provavelmente, nem sei direito o que deve constar lá, mas a julgar do que apareceu no Wladimir Herzog deve ser algo parecido como suicídio, escorregou no sabão do banheiro, alguma coisa assim, então, tem de ser revisto porque isso é um livro oficial.

Outra coisa muito importante que eu deixo a proposta para uma moção é que consta nos livros da Marinha, das Forças Armadas do nosso país, que o marinheiro José Maria foi expulso por traição. E ele não foi expulso por traição. Ele foi expulso para defender o seu país, abriu mão da convivência da filha e da esposa e isso tem de ser revisto. Tem de ser tirado dos livros oficiais, ele tem de ser regresso. Não é de forma alguma por questões financeiras, porque nem teria como, porque a filha dele tem 40 anos, mas tem de ser tirada essa palavra traição das Forças Armadas, porque ele, mais do que muitos aqui, e olha que tem muitos aqui que amaram muito e fizeram muito por seu país, mas ele vocês podem ter certeza que não foi fácil deixar um bebê de um ano para batalhar, combater os tanques da ditadura. Então, apresento essa moção para que seja tirada dos livros oficiais essa palavra traição, que seja revisto seu processo e que, enfim, ele possa ter o seu nome limpo nessa história.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – A reparação dos militares e a Comissão Nacional de Anistia têm outra tramitação ou tramita como outro processo dos civis?

A senhora quer falar? Pode falar.

A SRA. BETE ALMEIDA – Eu moro em Brasília, meu nome é Bete Almeida, eu sou do Comitê pela Memória, Verdade e Justiça do Distrito Federal e tenho tido contatos eventuais com a Comissão Nacional da Verdade. Na última reunião que o nosso comitê teve com a Comissão Nacional da Verdade, o Claudio Fonteles, que era o coordenador da CNV, nessa época, em janeiro, disse que as famílias que desejarem retificação de atestado de óbito que ele esperava que se manifestassem à CNV, que escrevessem e que solicitassem essa retificação e eles, então, tomariam as providências

para isso e tal. Eu, inclusive, sugeri que eles comunicassem a todas as famílias de mortos e desaparecidos e tal que haveria essa possibilidade e ele disse que não, que as famílias é que deveriam se manifestar e provocar a Comissão. Então, eu queria dizer aqui para o Maurílio que isso, pelo menos o atestado de óbito, se a família encaminhar um pedido formal à Comissão Nacional da Verdade, existe uma possibilidade que isso seja feito.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito obrigado.

Eu só queria fazer uma pergunta. A família entrou com pedido de reparação junto ao Ministério da Justiça, na Comissão Nacional? Nem nas Forças Armadas?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Não sei responder. Só o Paulo ou a...

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Só o Paulo?

Só uma pergunta. O Paulo... Fala aqui.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Eu sei que recebeu indenização pela morte, há mais ou menos uns cinco anos atrás. A Ñasaindi recebeu indenização pela morte do pai, há mais ou menos uns cinco anos atrás.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso é uma coisa que nós vamos encaminhar.

O SR. – Ele foi indenizado em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Naquela comissão estadual de anistia.

A gente precisa ver a documentação federal, porque até o capitão Carlos Lamarca foi reintegrado às Forças Armadas. Então, precisa ver nesses processos militares se eles entraram junto à Comissão Nacional de Anistia, se está...

O Paulo... Só uma pergunta...

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Não, não. Espere aí. Eu só queria fazer uma pergunta. O Paulo, hoje, não pôde vir. Mas ele se dispõe a vir outro dia?

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Ele se dispõe a vir. Ele vem sempre. Ele já participou de duas.

O SR. – Com certeza ele está assistindo a gente, agora. Eu queria até agradecer as palavras do Maurílio. Realmente, isso é algo que a gente tem de rever. Ele está assistindo a gente, agora, e eu posso me predispor a ligar para ele para ele tomar providências a respeito. Tomar providências a respeito, com certeza. E qualquer outro dia que seja possível para ele, agendando ou não, eu tenho certeza que meu pai é a primeira pessoa que queria estar aqui, agora. Ele vai se predispor e vai fazer mundos e fundos para tirar isso que o Maurílio tirou, com certeza.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Obrigado.

Rosalina.

A SRA. ROSALINA – Eu gostaria de dizer para vocês que eu sou de uma família como a de vocês, que tem um irmão desaparecido, sendo que nós não temos nem o corpo, como vocês também não, mas nem onde meu irmão desapareceu. Então, é a mesma luta que nós temos por muitos anos.

Eu queria perguntar que atestado de óbito a Comissão vai dar, porque atestado de óbito nós temos um atestado de óbito dado em 1995, na Lei da Anistia, que diz que meu irmão, reconhece que ele foi morto pelo Estado brasileiro e em lugar desconhecido. Então, esse atestado nós queremos que seja revisto, porque se meu irmão foi morto pelo Estado brasileiro em lugar desconhecido e por entidades desconhecidas, é necessário. A gente não quer um novo atestado desse.

E como até hoje nem a Comissão da Verdade Nacional, nenhuma das comissões conseguiu localizar onde meu irmão está, onde os restos mortais do meu irmão, em que circunstâncias ele morreu, porque a gente não sabe nem as circunstâncias. A gente sabe

que meu irmão foi reconhecido como preso político desaparecido, ele tinha também 26 anos e um filho, e até hoje nós não sabemos. E não pode se dar a dizer que os familiares peçam o atestado. Que atestado eles vão nos dar? Não é? E, além do mais, nós tivemos aqui na última sessão onde foi pedido ao lugar onde meu irmão trabalhava registrado, que era o DAEE, Departamento de Águas e Energias Elétricas de São Paulo, que ratificasse menos, reativasse, porque está lá dito que meu irmão abandonou o trabalho e, portanto, foi demitido por abandono e nós pedimos que retirasse o abandono, porque está provado, durante esses quase 40 anos que o procuramos, que ele não abandonou o trabalho por livre e espontânea vontade para ser demitido por justa causa. Que nós queremos que diga que ele é um desaparecido político, reconhecido pelo Estado brasileiro. A sua família foi indenizado, nós fomos indenizados, uma indenização não importa o valor que ela tenha, ela tem um valor e é importantíssimo a gente pedi-la de registro. Não importa que meu irmão tenha recebido R\$100 mil pelo seu desaparecimento. Isso não tem o menor valor para a gente. O valor é o reconhecimento de que ele foi demitido, que ele foi preso, que ele foi assassinado e seu cadáver foi ocultado e sua história está sendo ocultada até hoje.

Eu me solidarizo com vocês e peço que essas questões aqui colocadas e que requeira o atestado e tal tem de ser mais bem esclarecido, porque isso não é verdadeiro. Atestado a gente tem.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Tem a palavra o irmão do José Maria, João.

O SR. JOÃO MARIA FERREIRA ARAÚJO – Realmente, tocou num ponto que eu acho que a justiça para ser completa teria também de entrar na parte econômica. Pediram para que eu não falasse com isso, mas eu não posso deixar de expor aquilo que eu acho que é importante. Eu vejo muitos presos políticos que depois de toda guerra, alguns vivos e outros mortos, também ficaram recebendo pensões do Estado. Então, eu acho injusto que um militar que é jogado para fora, que é morto e depois a família, que seria, no caso, a filha, netos ou tanto mais, não tenham direito a uma reparação econômica maior. Eu acho que, como Zé Maria, tem muitos ex realmente mortos pela ditadura, seviciados, que não fizeram a justiça completa. Por quê? Se você levar em consideração que o Estado diz que todas as pessoas que foram mortas vão receber R\$100 mil e você dividir isso por 40 anos, é uma vergonha nacional. É claro que no

momento em que você está brigando para reconhecer o passado, a vida daquele cidadão, é muito bom. Eu fico feliz em saber que nós temos um outro país, um país que tem coragem de enfrentar militar. Há 10 ou 20 anos atrás, ninguém nem pensaria nisso. Que existisse uma comissão que fosse capaz de enfrentar o militarismo, uma vez que o militar, no Brasil, toda vida teve uma força onipotente. Mas já que nós chegamos a esse nível, eu não digo que nós chegamos ao nível dos argentinos onde tem as carpideiras nas praças públicas, mas que, pelo menos, gradativamente, a gente vá fazendo justiça e quando essa justiça for chegando que nós pensemos também que aqueles que são pequenos têm direito também ao seu preço, ao seu ônus.

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Muito bom. Muito obrigado.

Tem mais alguma coisa que a família gostaria ou os amigos?

A Ñasaindi trouxe aqui o livro *Dossiê da Ditadura*, feito pela família Teles, dos Mortos e Desaparecidos e tem aqui a parte do José Maria e tem os depoimentos do Paulo aqui.

Foram lidos tantos documentos. Este trecho aqui eu não sei se foi lido. Eu queria pedir licença, eu sei que nós temos de partir, imediatamente, para outra audiência, mas deixem ler.

Num documento dos Arquivos da Marinha, denominado Caderneta de Registro para Praça, consta a anotação de que, em 15 de abril de 1964, José Maria foi preso por ordem do encarregado do inquérito policial militar para apurar a subversão na Marinha. Na mesma caderneta consta a anotação da expulsão de José Maria, da Marinha, em 08 de dezembro de 1964, tendo sido apresentado, nesta data, ao CAM – Centro de Armamento da Marinha. Durante esse período de prisão, nossa família recebeu uma carta que José Maria fez chegar às mãos de amigos, na qual pretendeu tranquilizar os familiares, nenhuma referência fazendo à prisão.

Tivemos conhecimento de que ele, por um período, teria trabalhado como metalúrgico na CBV – Companhia Brasileira de Vagões. A última carta que recebemos na data de 06 de dezembro de 1966, que a família conserva até hoje. Nessa carta já assinava com o seu codinome Miguel, e reafirmava que não poderia fornecer seu endereço por não ter residência fixa. Afirmava que teria que passar alguns meses sem mandar notícias, não dizendo, no entanto, o motivo.

A partir daí, e durante um bom período, nossa família percebeu que suas correspondências estavam sendo violadas e, embora morassem numa cidade do interior, ouviam comentários acerca do fato de José Maria ser terrorista. Passamos a viver sob muita tensão e medo.

Então, vamos parar por aqui. Aguardar.

O SR. – José Maria! Presente! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Vamos dar um intervalinho.

Suspender a sessão por cinco minutos, para o pessoal poder se despedir.

* * *

A reunião está suspensa por cinco minutos.

* * *